

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

Prezados Srs., manifestamos intenção de recorrer contra a decisão que aceitou e habilitou a primeira colocada empresa IGUASSEG, tendo em vista que não cumpriu com requisitos de habilitação, em especial a habilitação técnica (atestados). A peça recursal será apresentada dentro do prazo legal.

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Ofício 2423.2022-AJ

São José/SC, 06 de julho de 2022.

AO ILUSTRE PREGOEIRO E COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL, RESPONSÁVEL PELO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO 08389.001400/2021-70.

LINCE – SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, já devidamente qualificada nos autos do processo licitatório em epígrafe, vem, por seus procuradores que ao final subscrevem, interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, em face do ato que aceitou e habilitou a empresa IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, nos termos que a seguir passa a expor.

I – DOS FATOS

1. Trata-se de processo licitatório que se dá sob a modalidade pregão eletrônico, do tipo MENOR PREÇO global do grupo, e tem por objeto “contratação de serviços continuados de vigilância armada patrimonial, para a Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, incluindo suas unidades descentralizadas em Foz do Iguaçu, Guairá e Cascavel – PR, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva”, conforme condições, quantidades e exigências previstas no Edital e anexos.

2. A abertura da sessão do pregão em epígrafe ocorreu às 09:00 horas do dia 22/06/2022. Superada a fase de lances, a empresa IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, ora Recorrida, foi convocada para encaminhar sua proposta de preços ajustada ao valor de lance, sendo posteriormente, aceita e habilitada como vencedora do certame.

3. Ocorre que a empresa IGUASSEG SEGURANÇA não cumpriu com os itens 9.11.1, 9.11.1.8 e 9.11.1.9 do edital licitatório, deixando de apresentar atestados de capacidade técnica que comprovem o mínimo estabelecido, não atendendo aos requisitos exigidos pelo Instrumento Convocatório, pois não comprova o gerenciamento de 17 (dezesete) postos exigidos mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4. Desta maneira, expressa a necessidade de anulação do ato que declarou a empresa Recorrida vencedora do certame, já que os documentos de habilitação estão em desconformidade com as exigências previstas no edital de licitação, é que, respeitosamente, se apresenta este Recurso Administrativo.

II – NO MÉRITO

5. Conforme depreende-se da síntese fática, a Recorrida não poderia ser declarada vencedora do certame licitatório, uma vez que não apresentou de forma correta os documentos de habilitação exigidos pelo Instrumento Convocatório, sobretudo, no que diz respeito a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, pois nos documentos apresentados pela empresa IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, não consta o quantitativo mínimo de postos de trabalho exigidos, conforme condições previstas no item 9.11.1 do Edital. Isso porque o instrumento convocatório é expresso ao consignar que a comprovação deverá ser apresentada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

6. Veja o que dispõe o Edital acerca do item supracitado:

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades (mínimo de 17 postos) e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

[...]

9.11.1.8. Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação (17 postos), conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.1.9. Para a comprovação do número mínimo de postos exigido (17 postos), será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7. O Edital é bastante claro quanto a necessidade de apresentar atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem o gerenciamento de pelo menos 17 postos vigilância, não havendo a obrigatoriedade de se comprovar de forma ininterrupta.

8. Ocorre que conforme se observa no relatório de atestados de capacidade técnica apresentados pela Recorrida, há a menção de 03 (três) condomínios residenciais, sendo eles: Condomínio Vila B, Villagio Cataratas e Condomínio Maria Teresa, os quais não possuem capacidade jurídica, tratando-se de entes despersonalizados.

9. Veja que o item 9.11.1 menciona que o atestado deverá ser prestado por pessoa jurídica de direito público ou privado, ocorre que condomínios residenciais não são considerados pessoas jurídicas, motivo este que leva a constatar que a empresa IGUASSEG SEGURANÇA não conseguiu demonstrar sua capacidade técnica referente aos 17 (dezesete) postos, pois se retirarmos os três atestados, totalizam-se apenas 16 (dezesesseis) postos.

10. Conforme se verifica do art. 44, do Código Civil, são pessoas jurídicas de direito privado:

I - as associações;

II - as sociedades;

III - as fundações.

IV - as organizações religiosas; (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)

V - os partidos políticos. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)

11. Verifica-se, portanto, que a instituição do condomínio não está entre o rol das pessoas jurídicas citadas no art. 44, do Código Civil, razão pela qual o condomínio é considerado uma ficção jurídica, prevalecendo o entendimento doutrinário e jurisprudencial de que o condomínio não tem personalidade jurídica, estando apto apenas a atuar em juízo ativa e passivamente, através de representação de seu síndico.

12. Dessa forma, o condomínio não exerce atividade econômica com ou sem fins lucrativos, estando comparado a empresas somente em relação a obrigatoriedade de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, sendo classificado, portanto, como personalidade anômala.

13. Ademais, é entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E RESPONSABILIDADE CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO (SFH). VICIO DE CONSTRUÇÃO. AÇÃO DE REPARAÇÃO AJUIZADA PELO CONDOMÍNIO. ALEGADOS DANOS MORAIS EXPERIMENTADOS PELO ENTE DESPERSONALIZADO. IMPOSSIBILIDADE. AFASTAMENTO DOS DANOS MORAIS.

1. Os danos morais estão intrinsecamente ligados aos direitos da personalidade, mas neles não se esgotam, dizendo, pois, especialmente, com a esfera existencial do ser humano, com a sua dignidade.

2. A doutrina dominante reconhece que os condomínios edilícios não possuem personalidade jurídica, sendo, pois, entes despersonalizados; também chamados de entes formais, com a massa falida e o espólio.

3. Não havendo falar em personalidade jurídica, menos ainda se poderá dizer do maltrato a direitos voltados à personalidade e, especialmente, àqueles ligados à honra objetiva.

4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no REsp 1521404/PE, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 06/11/2017)

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NATUREZA JURÍDICA DO CONDOMÍNIO. ENTE DESPERSONALIZADO. VIOLAÇÃO DA HONRA OBJETIVA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO.

1. O propósito recursal consiste em determinar a possibilidade jurídica do pedido de reparação de danos morais formulado por condomínio, antes a publicação de conteúdo potencialmente lesivo em redes sociais por moradores temporários.

2. No âmbito das Turmas que compõem a Segunda Seção do STJ, prevalece a corrente de que os condomínios são entes despersonalizados, pois não são titulares das unidades autônomas, tampouco das partes comuns, além de não haver, entre os condôminos, a "affectio societatis", tendo em vista a ausência de intenção dos condôminos de estabelecerem, entre si, uma relação jurídica, sendo o vínculo entre eles decorrente do direito exercido sobre a coisa e que é necessário à administração da propriedade comum.

3. Caracterizado o condomínio como uma massa patrimonial, não há como reconhecer que seja ele próprio dotado de honra objetiva. Precedente.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1837212/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 31/08/2020, DJe 03/09/2020)

14. Dessa forma, manifesto o posicionamento doutrinário e jurisprudencial de que os condomínios são entes despersonalizados. Inclusive, para confirmar ainda mais o alegado, há um Projeto de Lei de n. 3461/2019 que objetiva conceder aos condomínios residenciais o direito de adquirir a personalidade jurídica de direito privado, como ocorre com as empresas e fundações. Contudo, referido projeto ainda não foi aprovado em ambas as casas, motivo pelo qual mantém o entendimento de que efetivamente não possui personalidade jurídica própria.

15. Dessa forma, Sr. Pregoeiro, não há como interpretar o contrário. A recorrida não cumpriu com o item 9.11.1 e seguintes, pois apresentou atestado de capacidade técnica de Contratantes que não possuem personalidade jurídica, descumprindo com a exigência de "atestado (s) fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado", expressamente consignado no final do item.

16. Não há como considerar, portanto, os atestados apresentados pelos entes despersonalizados Condomínio Vila B, Condomínio Maria Teresa e Világio Cataratas, pois não são considerados pessoas jurídicas de direito privado. Veja que os referidos atestados se compõem das seguintes informações:

a) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA CONDOMÍNIO VILA B: Início da prestação de serviço: 01/07/2008, sem atestado de capacidade emitido – apenas contratos, 04 (quatro) postos de vigilância.

b) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA CONDOMÍNIO MARIA TERESA: Início da prestação de serviço: 16/09/2009, sendo que o atestado foi emitido em 10/06/2016, 02 (dois) postos, sem especificar a função prestada.

c) ATESTADO DE CAPACIDADE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VILLAGIO CATARATAS: Início da prestação de serviço: 13/01/2011, sendo que o atestado foi emitido em 06/06/2022, 01 (um) posto de vigilante.

17. Veja Senhor Pregoeiro, que além de os atestados de capacidade técnica acima não serem emitidos por pessoas jurídicas de direito privado, não há em relação ao Condomínio Vila B o documento de atestado emitido, apresentando a empresa IGUASSEG SEGURANÇA, através de diligência, cópias dos contratos e de notas fiscais, sem especificar que o serviço prestado em si foi eficaz a ponto de demonstrar sua capacidade técnica.

18. Além disso, no atestado emitido pelo Condomínio Maria Teresa não há a especificação de qual função se referia aos dois postos, situações essas que por si só desqualificam os 06 (seis) postos apresentados.

19. Contudo, o ponto primordial é de reconhecer que os três atestados emitidos pelos condomínios acima referidos não cumprem com o exigido no Edital, pois não foram elaborados por pessoa jurídica de direito privado, sendo imperioso de reconhecer a desconsideração dos 07 (sete) postos acima para fins de habilitação da Licitante.

20. Dessa forma, excluindo-se os 07 (sete) postos apresentados, dos 23 (vinte e três postos), restarão apenas 16 (dezesseis), número este que não atende ao mínimo exigido nos itens 9.11.1, 9.11.1.8 e 9.11.1.9 do Edital.

21. Não bastasse isso, é de se ressaltar que desde o início a empresa IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA não havia conseguido comprovar o atendimento aos requisitos exigidos para comprovação de habilitação técnica, isso porque na data de 29/06/2022 às 11:03 o Sr. Pregoeiro mencionou no chat que em relação aos atestados, não foi identificado a comprovação quando ao número de postos. Vejamos:

Pregoeiro 29/06/2022 11:03:00 Para IGUASSEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA. - 2) Em relação aos atestados de capacidade técnica, não identificamos a comprovação quanto ao disposto no item 9.11.1.8 do Edital "Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação (17 postos)..."

Pregoeiro 29/06/2022 11:04:34 2) ... Destacamos que a experiência de 3 (três) anos (atendida pela empresa) em conjunto com a quantidade mínima de postos (não conseguimos identificar 17 postos pelo período de 3 anos)...

Pregoeiro 29/06/2022 11:04:45 Para IGUASSEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA. - ... Destacamos que a experiência de 3 (três) anos (atendida pela empresa) em conjunto com a quantidade mínima de postos (não conseguimos identificar 17 postos pelo período de 3 anos)...

Pregoeiro 29/06/2022 11:05:07 Para IGUASSEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA. - 2) ... almeja identificar a experiência e estabilidade da empresa no mercado, assim como aferir a capacidade de gerir pessoas e suportar os custos mínimos de administração inerentes à prestação dos serviços...

Pregoeiro 29/06/2022 11:05:41 Para IGUASSEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA. - 2) ... Assim, entendemos que a empresa deve comprovar que teve no mínimo 17 postos de trabalho funcionando de forma concomitante ao

longo de 3 anos. Os períodos dos atestados não precisam ser ininterruptos, mas se for somar, precisa ser concomitante.

Pregoeiro 29/06/2022 11:05:57 Para IGUASSEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA. - Manteremos o chat aberto para manifestação da empresa.

22. Além disso, após a concessão do prazo para manifestação e apresentação de documentos, a empresa ainda assim não conseguiu comprovar o preenchimento do requisito de capacidade técnica:

Pregoeiro 29/06/2022 15:04:59 Para IGUASSEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA. - Importante destacar que o Edital prevê o envio de documentos COMPLEMENTARES àqueles já apresentados anteriormente. Ainda assim, os documentos elencados fora analisados. Pregoeiro

29/06/2022 15:06:21 Para IGUASSEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA. - No entanto, mesmo com o acréscimo dos postos dos outros contratos, não foi possível comprovar que a empresa gerenciou 17 postos (ou mais) durante o período de três anos.

23. Dessa forma, Sr. Pregoeiro, é evidente que a empresa não conseguiu demonstrar sua capacidade técnica, pois mesmo após todas as diligências e oportunidades, ainda assim apresentou atestados que não cumprem os requisitos exigidos, pois emitidos por pessoa sem personalidade jurídica, desatendendo o item 9.11.1.

24. Inclusive, acerca da ausência de comprovação de capacidade técnica, é entendimento dos Tribunais Pátrios: AGRADO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. IMPUGNAÇÃO AO ATO DE INABILITAÇÃO DO AGRAVANTE. NÃO APRESENTAÇÃO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA REFERENTE A EXPERIÊNCIA COM AEROGERADORES DE DETERMINADA FABRICANTE. APARENTE AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE NO ATO. EXIGÊNCIA DE EXPERIÊNCIA COM FABRICANTE ESPECÍFICA QUE PARECE MOTIVADA POR RAZÕES DE ORDEM TÉCNICA, E NÃO PARA RESTRINGIR DESNECESSARIAMENTE A COMPETITIVIDADE DO CERTAME. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DO JUÍZO TÉCNICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO PODER JUDICIÁRIO, MORMENTE NA VIA ESTREITA DO MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA MEDIDA LIMINAR. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR - 4ª C. Cível - 0042059-55.2018.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Desembargadora Maria Aparecida Blanco de Lima - J. 14.03.2019) (TJ-PR - AI: 00420595520188160000 PR 0042059-55.2018.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Desembargadora Maria Aparecida Blanco de Lima, Data de Julgamento: 14/03/2019, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 18/03/2019).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 234-2015 DO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL. INABILITAÇÃO. ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA. DESCUMPRIMENTO DO EDITAL. EXCESSO DE FORMALISMO. NÃO CONFIGURADO.

O princípio de vinculação ao instrumento convocatório, que decorre dos princípios da isonomia e da impessoalidade, deve ser compatibilizado com o propósito de obtenção da proposta mais vantajosa ao Poder Público, o que determina que sejam relevadas simples irregularidades.

Todavia, a aparente não comprovação da capacidade técnica do licitante em face do objeto do contrato não é simples irregularidade, mas descumprimento de regras do Edital, que vinculam o Administrador e as partes e são a garantia do tratamento igualitário entre os concorrentes. Decisão que indeferiu a liminar mantida. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravo de Instrumento Nº 70067436014, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Denise Oliveira Cezar, Julgado em 26/11/2015). (TJ-RS - AI: 70067436014 RS, Relator: Denise Oliveira Cezar, Data de Julgamento: 26/11/2015, Vigésima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 01/12/2015)

APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. CAPACIDADE TÉCNICA. COMPROVAÇÃO. ATESTADO. CONTRATO. REQUISITOS. DÚVIDAS. DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES. SENTENÇA MANTIDA.

1. Em respeito aos princípios previstos no art. 3º da Lei nº 8.666/1993, especialmente ao da vinculação ao instrumento convocatório, tanto a Administração Pública quanto as sociedades participantes da licitação devem observar estritamente o edital, obedecendo aos termos e condições do instrumento convocatório.

2. Os requisitos previstos no edital devem ser impugnados na fase prevista no art. 41 da Lei nº 8.666/1993.

3. Não há ilicitude na exigência, estabelecida pela Administração Pública, de requisitos formais para a comprovação da capacidade técnica dos licitantes, de acordo com as peculiaridades do objeto licitado.

4. Diante da inexistência de dúvidas a respeito dos atestados de capacidade técnica, mas quanto à própria capacidade técnica do licitante, não se justifica a realização de diligências complementares, em respeito ao princípio da isonomia.

5. Apelação conhecida e desprovida. Sentença mantida. (TJ-DF 20160110997856 DF 0035381-87.2016.8.07.0018, Relator: ALVARO CIARLINI, Data de Julgamento: 22/11/2017, 3ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 30/11/2017 . Pág.: 422/426)

25. Além disso, referida atitude já foi objeto, inclusive, de aplicação de penalidade por impedimento de licitar e contratar com a União:

RECURSO ADMINISTRATIVO. PREGÃO ELETRÔNICO. APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM DESCONFORMIDADE AO EXIGIDO EM EDITAL. DESNECESSIDADE DA PRESENÇA DE DOLO OU MÁ-FÉ PARA A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES DO ART. 7º DA LEI Nº 10.520/2002. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO FEDERAL. DESCREDENCIAMENTO DO SICAF OU LANÇAMENTO DA SANÇÃO NO SICAF. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA PENALIDADE. RECURSO ADMINISTRATIVO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Estando o edital em conformidade com as disposições constitucionais e com a legislação administrativa, em obediência ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, deve o licitante apresentar documentação em conformidade com o exigido nas cláusulas editalícias, sob pena de incorrer nas sanções do art. 7º da Lei n. 10.520/2002.

2. Não há a exigência de configuração do elemento subjetivo (dolo) ou de comprovação de efetivo prejuízo no elenco de condutas contemplado no art. 7º da Lei n. 10.520/2002, reproduzido no edital licitatório em questão, para o devido sancionamento do agente. Precedentes.

3. Atendido o princípio da proporcionalidade na dosimetria que fixou a pena em 02 (dois) meses, em sanção com previsão de aplicação por até 05 (cinco) anos.

4. Incabível a substituição da pena de impedimento de licitar e contratar com a União Federal por uma advertência verbal, eis que a Lei n. 10.520/2002 não foi omissa quanto à penalização da conduta que ora se discute, não subsistindo fundamento para a aplicação subsidiária do art. 87 da Lei n. 8.666/1993. 5. Recurso administrativo conhecido e desprovido. (TRE-DF - RCADM: 060025104 BRASÍLIA - DF, Relator: HECTOR VALVERDE SANTANA, Data de Julgamento: 09/07/2020, Data de Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico do TRE-DF, Tomo 124, Data 20/07/2020, Página 8)

26. Assim, evidente que os atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA emitidos pelos Condomínios Residenciais Vila B, Maria Teresa e Világio Cataratas não

contemplam o exigido em Edital, motivo pelo qual merecem ser desconsiderados e consequentemente excluídos os 07 (sete) postos que se referem aos Condomínios, situação que ocasionará a inabilitação da Recorrida por ausência de comprovação de capacidade técnica, especialmente em inobservância ao item 9.11.1 do instrumento convocatório.

27. Isto posto, independente da análise que se faça, é fato incontroverso que os atestados acima mencionados não cumprem os requisitos mínimos para habilitação, devendo ser declarada a imediata inabilitação da empresa IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, por desatendimento à exigência de comprovação do número mínimo de 17 (dezessete) postos, o qual é requisito para qualificação técnica.

III – DOS REQUERIMENTOS

28. Diante o exposto requer-se:

- a) O recebimento destas razões dando-lhe efeito SUSPENSIVO, eis que tempestivas, sendo devidamente autuadas e processadas na forma da lei;
 - b) Pelo recebimento das razões de recurso com ulterior inabilitação da empresa IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, em razão do não atendimento das cláusulas 9.11.1, 9.11.1.8 e 9.11.1.9 do edital, deixando os atestados de capacidade técnica apresentados pela Recorrida de cumprir com os requisitos mínimos para habilitação, determinando assim o retorno dos autos para a fase de aceitação das propostas classificadas;
 - c) Seja a ora Recorrente devidamente informada sobre a decisão desta Administração.
- Termos em que, pede deferimento.

Sabrina Faraco Batista Priscila Thayse da Silva
OAB/SC 27.739 OAB/SC 34.314

Francieli Tedesco Marlon Nunes Mendes
OAB/SC 45.188 OAB/SC 19.199-B

Fechar